

IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 16.03.2020

Combater a epidemia, todos juntos e de mãos dadas

A epidemia da Covid-19 já está a afectar Macau há cerca de dois meses. Na última intervenção do período de Antes da Ordem do Dia, apelei ao Governo para reforçar quatro trabalhos para prevenir as doenças respiratórias transmissíveis e os surtos na comunidade. Em Macau houve dez casos confirmados de infecção, mas, devido às políticas prospectivas, à eficácia das medidas, e à união das forças da população no combate à epidemia, recentemente, a epidemia em Macau está com tendência estável, e os casos confirmados já estão recuperados e não se registam novos há mais de um mês, o que demonstra que, nesta fase, a sociedade alcançou uma vitória na luta conjunta contra a epidemia. Assim, quero apresentar os meus sinceros agradecimentos ao pessoal da linha da frente que se manteve nos seus postos de trabalho durante o período de combate à epidemia.

Fazendo uma retrospectiva desta epidemia, a prevenção e o tratamento das doenças transmissíveis é um grande desafio para o Governo, mas, sob as normas e orientações da Lei de prevenção, controlo e tratamento de doenças transmissíveis, o Governo implementou, pela primeira vez, várias medidas, nomeadamente, o plano de fornecimento de máscaras, a suspensão das actividades dos casinos, a suspensão das aulas mas não do estudo, e as restrições de entradas e saídas. Com os esforços conjuntos e a colaboração da população, o Governo alcançou resultados positivos. No entanto, com o alastramento da epidemia da Covid-19 pelo mundo, a Organização Mundial de Saúde já declarou pandemia. Neste momento, a epidemia é grave em alguns países e regiões, e, como em Hong Kong e Zhongshan surgiram, sucessivamente, casos importados da Europa, os Serviços de Saúde manifestaram que não está excluída a ocorrência de casos importados. Assim, apelo a toda a sociedade para não ser negligente e continuar a empenhar-se em quatro aspectos:

1. Manter-se firme em articulação com os trabalhos de prevenção e controlo. As medidas de prevenção e controlo são lançadas pelo Governo de acordo com o desenvolvimento da epidemia, assim, os cidadãos devem colaborar e lembrar-se dos apelos, em prol de si e de todos: preencher com sinceridade a declaração de saúde; evitar, se possível, sair de Macau; suspender os planos de viagens, etc., cumprindo as suas responsabilidades cívicas.

2. Manter boa higiene pessoal. Continuar a lavar as mãos com frequência, usar e abandonar adequadamente a máscara; manter a casa limpa e as canalizações desentupidas; e afastar-se de aglomerações para evitar a infecção cruzada. Prevê-se ainda ser necessário, nos próximos meses, o uso de máscara e poderá haver factores incertos na sua aquisição, por isso os cidadãos devem valorizar e maximizar o seu uso.

3. Persistir no desenvolvimento do espírito de Macau, na tolerância e na ajuda mútua. Sob o impacto da epidemia, a economia, os empregos e a vida da população foram afectados. O Governo lançou medidas de apoio a curto prazo, mas é necessário que os residentes envidem esforços e o Governo adopte políticas de apoio “a posteriori” em prol do aperfeiçoamento. Espero o apoio mútuo entre os sectores; a participação do Governo e da população na luta contra a epidemia; e o tratamento adequado das relações laborais pelas partes patronal e laboral, tendo em conta o apoio mútuo, o espírito de salvaguarda do interesse geral e o factor “negociação”, para ultrapassar a adversidade.

4. Empenhar-se em cuidar dos trabalhadores da linha da frente na luta contra a epidemia. Durante o combate à epidemia, os trabalhadores da saúde, as forças de segurança, as equipas que prestam serviços públicos e assistência social, todos da linha de frente, cumpriram a sua missão, sendo forças muito importantes para a prevenção da propagação do vírus. Há que proporcionar-lhes equipamentos de prevenção suficientes e, depois, exames médicos completos, subsídio de risco e medidas de compensação com remuneração. Nos próximos Dia do Enfermeiro e Dia dos Médicos, é possível fazer um voto de agradecimentos ao pessoal da área da saúde.

A longo prazo, proponho ao Governo que crie planos de contingência, com base nas experiências do combate. Sugiro como referência o “Plano de contingência relacionado com a saúde pública da China” e o seu regime de classificação, para estudar a criação de um sistema de prevenção de epidemias para a realidade de Macau. Quanto aos seus pormenores, é possível definir as medidas a adoptar pelos serviços públicos em situações de gravidade, e planos de contingência para a utilização dos materiais de prevenção de epidemias e em reserva. Mais, é necessário consolidar ainda mais o sistema de saúde e acelerar a construção de infra-estruturas médicas, como o Edifício de Doenças Infecto-Contagiosas e o Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas, a fim de fazer face a eventuais riscos que afectem a saúde pública. Há que, através de reforço financeiro, consolidar ainda mais o sistema de cooperação entre as instituições médicas públicas, privadas e sem fins lucrativos, constituindo uma força importante para combater a epidemia. Há que iniciar a revisão dos regimes das carreiras para proporcionar aos profissionais de saúde garantias a longo prazo, melhorar a vida profissional, elevar o moral no trabalho e atrair mais pessoas para trabalharem na saúde. Isto tudo vai contribuir para os profissionais continuarem a lutar contra os riscos e a defender a nossa saúde e a nossa “casa”.

IAOD dos Deputados Ma Chi Seng e Lao Chi Ngai em 16.03.2020

Controlar a epidemia e promover, em simultâneo, o desenvolvimento económico

Nesta guerra contra a epidemia, a população de Macau sofreu grande pressão, no entanto, demonstrou o seu amor pela Pátria e por Macau, a sua união e o seu elevado nível moral. Os dirigentes de diferentes categorias do Governo, sob a liderança do Chefe do Executivo, têm demonstrado capacidade para lidar com os problemas, dando prioridade à vida da população. Foram divulgadas medidas decisivas para combater a epidemia e para aliviar as dificuldades da população, o que acendeu uma luz de esperança para toda a sociedade. O Governo mostrou-se sempre preocupado com a situação do país, agiu para resolver os problemas urgentes da população, deu prioridade à vida da população, alcançou as metas previstas nas medidas de combate à epidemia, e os resultados de tudo disto são notórios, situação que conquistou muitos aplausos!

Aproveitamos a intervenção de hoje para expressar os dois desejos seguintes:

Primeiro, perante esta epidemia tão feroz, temos de manter a lucidez, entre os aplausos e elogios. Como diz o velho ditado chinês, “num percurso de 100 quilómetros, só se chega a metade quando se ultrapassa os 90 quilómetros”. Apesar da situação epidémica do País ter melhorado, os riscos de propagação continuam, e a OMS já declarou a pandemia de coronavírus. Há então que prevenir a propagação da doença internamente e também a sua importação, para assegurar os bons resultados de Macau. Assim, devemos seguir o referido velho ditado e manter-nos vigilantes e disciplinados. Espera-se que os cidadãos colaborem com o Governo, no sentido de evitar, tanto quanto possível, os ajuntamentos, de fazer bem o trabalho de prevenção e de não causar distúrbios à sociedade, para que os esforços envidados não tenham sido em vão. Devemos ainda continuar a contribuir, de alma e coração, para o País vencer esta guerra!

Segundo, espero que se continue a trabalhar em conjunto para contribuir, com as nossas sugestões, para a recuperação rápida de Macau, assim, certamente, a epidemia vai terminar, a vida vai regressar à normalidade e a economia vai voltar ao seu rumo, o mais rápido possível. As PME predominam na estrutura empresarial de Macau, e os seus negócios foram afectados pelos acontecimentos sociais do ano passado na região vizinha, e voltaram agora a ser gravemente afectados por esta pandemia, por isso, estão a enfrentar grandes desafios. Recentemente, os diversos sectores ouviram e recolheram muitas opiniões, e já as apresentaram ao Governo. A campanha contra a Covid-19 entrou numa fase importante, isto é, para além da prevenção e controlo, há que ter em conta o desenvolvimento económico, por isso, esperamos que o Governo implemente mais medidas específicas para revitalizar a economia, apoiando as micro, pequenas e médias empresas a sobreviver. As partes laboral e patronal têm as

suas dificuldades, por isso, durante este período de recuperação da ordem social, espero que as associações civis maximizem o seu papel, promovendo o espírito de solidariedade e de união para ultrapassar as dificuldades e acelerar a recuperação da prosperidade de Macau.

Esta pandemia teve impacto na economia e nas finanças mundiais, mas, segundo a experiência histórica, esse impacto será temporário, pois decorre de um incidente de emergência de curto prazo. Neste momento, “a confiança vale mais do que o ouro”. Não temos medo de andar à noite, só temos medo de não ter sol no coração. Com a melhoria da situação de pandemia, os diversos sectores vão recuperar o tempo perdido e a economia também vai ser gradualmente recuperada.

IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 16.03.2020

Nos últimos dias, a epidemia do novo tipo de coronavírus em Macau atenuou-se gradualmente. Há mais de um mês, não se registam novos casos, os confirmados mantiveram-se em 10, e não houve casos graves ou mortes. Todos os que tiveram a doença já recuperaram e tiveram alta hospitalar, mantendo-se, assim, “zero pacientes, zero casos graves, zero mortes e zero infectados no hospital”. Agora, está a haver um esforço na prevenção de uma epidemia “importada”. Tudo isto demonstra os efeitos notórios das medidas adoptadas pelo Governo.

O Governo foi pragmático, rápido e decisivo no combate à epidemia. Em 1 de Janeiro, começou-se a medir, no aeroporto, a temperatura corporal dos visitantes em voos de Wuhan; em 23 de Janeiro, foi divulgado o plano de fornecimento de máscaras aos residentes de Macau, e já vai haver a sexta ronda de fornecimento; em 24 de Janeiro, anunciou-se o prolongamento das férias escolares do Ano Novo Chinês, e, em 4 de Fevereiro, decidiu-se suspender, por meio mês, as actividades dos sectores do jogo e diversões. As outras medidas de prevenção epidémica são: obrigar os utentes dos transportes públicos a usarem máscara, melhorar o mecanismo da divulgação de informações sobre a epidemia, e exigir aos visitantes provenientes das áreas de alta incidência que se sujeitem a observação médica. Essas medidas e estratégias são continuamente ajustadas tendo em conta as mudanças da epidemia. Os casinos e os diversos sectores já retomaram as actividades, e o Governo anunciou também que as aulas poderiam reiniciar-se, o mais tardar, em 20 de Abril. Porém, o novo tipo de coronavírus já se propagou pelo mundo, e a Organização Mundial da Saúde (OMS) já declarou uma pandemia, o que implica que a epidemia ainda não cessou. O Governo da RAEM deve continuar a reforçar as medidas de controlo das entradas, para prevenir, com rigor, o “regresso” da epidemia. Os residentes não devem relaxar, ao nível da prevenção epidémica, devendo tomar medidas de precaução, sob pena de se voltar aos dias da suspensão do trabalho e das aulas.

Para além de testar a capacidade de prevenção e de resposta do Governo e dos residentes da RAEM, a Covid-19 veio testar ainda mais a forma como Macau vai transformar o seu modelo de desenvolvimento económico, rumo ao desenvolvimento sustentável. Esta epidemia demonstrou que a economia de Macau está excessivamente dependente do sector do jogo, em queda acentuada neste momento, com impacto para todos os sectores. Felizmente, no passado, quando a economia local se estava a desenvolver de forma favorável, Macau conseguiu acumular saldos orçamentais, por isso agora pode utilizar a reserva financeira para apoiar a economia. Esta epidemia fez soar, mais uma vez, o alarme da sociedade. A diversificação adequada da economia e a alteração dessa dependência num único sector económico são assuntos que têm de ser resolvidos com urgência.

O Governo da RAEM implementou várias medidas de apoio económico para

estabilizar a economia e evitar as falências e o desemprego. Essas medidas incluem a redução e isenção de impostos e taxas, o apoio às micro, pequenas e médias empresas, a bonificação de juros, o reforço das medidas relacionadas com a vida da população, a implementação da política “trabalho sim, caridade não” e o lançamento de vales electrónicos de consumo. O Governo deve avaliar os efeitos dessas medidas, reajustando-as em tempo oportuno, e alargar o âmbito de cobertura dos apoios económicos, para que mais PME e trabalhadores por conta própria possam ser beneficiados, com vista a uma melhor eficácia dessas medidas. Para além de enfrentar a epidemia, promover a economia e garantir o emprego, espera-se que, no futuro, o Governo se dedique à promoção da diversificação económica, lançando mais políticas e medidas para desenvolver as indústrias emergentes, por exemplo, as convenções e exposições, a medicina tradicional chinesa e o sector financeiro com características próprias, entre outras. Deve determinar que o sector do jogo aumente os elementos não jogo, apoiar a valorização e reconversão das indústrias tradicionais, reformar os produtos e serviços turísticos, e transformar Macau num Centro Mundial de Turismo e Lazer. Apenas com a diversificação económica é que Macau pode dispersar os riscos da recessão económica, pois, se o Governo actuar de forma activa, Macau pode combater a epidemia, recuperar a economia e aproveitar as oportunidades trazidas pela crise epidémica.

IAOD dos Deputados Wu Chou Kit e Chan Wa Keong em 16.03.2020

Proporcionar protecção mais eficaz aos trabalhos de prevenção e controlo da epidemia e ao futuro desenvolvimento

Aproveito esta ocasião para, em nome de ambos, expressar os mais sinceros agradecimentos a todos os trabalhadores da linha da frente pelo combate ao novo tipo de coronavírus, e a todos os cidadãos pela persistência e esforços conjuntos na luta com sucesso contra a epidemia.

Desde o dia 5 de Fevereiro até hoje, mais de um mês, não se registaram mais casos confirmados. A situação epidemiológica de Macau está a estabilizar-se e já passou o pico da epidemia no Interior da China, mas, tendo em conta a gravidade da epidemia a nível mundial nos últimos tempos e a Organização Mundial de Saúde (OMS) ter declarado que é uma pandemia, o Governo da RAEM não pode negligenciar os trabalhos de prevenção e combate. Nestes termos, propomos o seguinte:

1. A epidemia implica segurança e saúde pública, por isso devemos esforçar-nos, a partir da legislação, da execução da lei, da área judicial e do cumprimento da lei, para elevar a capacidade de prevenção e controlo, e proporcionar uma forte protecção jurídica para a prevenção e o controlo da epidemia e o desenvolvimento socioeconómico.

Quanto à produção legislativa, deve rever-se rapidamente a legislação, para clarificar o seu conteúdo e agravar as sanções, tendo em conta a especificidade da epidemia, quanto ao aumento dos preços dos produtos de prevenção da epidemia e dos da vida quotidiana; e, nos termos do artigo 23.º do “Regime jurídico das infracções contra a saúde pública e contra a economia”, a delimitação do crime de preço ilícito carece de desenvolvimento e melhoria.

Quanto à execução da lei, deve reforçar-se a fiscalização e o grau de tratamento dos actos criminosos de açambarcamento e de venda de produtos falsificados, e dos actos que prejudicam os direitos e interesses legítimos dos consumidores, e perturbam a ordem económica e social.

Quanto à área judicial, devem ser proporcionadas opiniões de referência sobre as consequências jurídicas do incumprimento contratual durante a epidemia, por exemplo, para o seu tratamento, invocar razões de força maior ou o princípio da equidade, criando condições favoráveis às PME para resolverem conflitos, através de negociações.

2. A origem do planeamento urbanístico tem a ver com uma série de defesas contra a transmissão de doenças contagiosas por parte dos seres humanos. Esta epidemia constitui uma reflexão e inspiração para o planeamento urbanístico de Macau e a promoção da cidade inteligente.

O actual planeamento urbanístico está orientado essencialmente para as

necessidades básicas ou para os objectivos de desenvolvimento a curto prazo. Falta um objectivo de desenvolvimento a longo prazo e, ainda, a articulação com as concepções internacionais de urbanização mais actualizadas. Por exemplo, pode-se verificar a falta de um “*Design* de cidade resiliente” ou “de beira-mar”, e das exigências de prevenção de desastres, agora expostas pela epidemia. O “*Design* de cidade resiliente” é uma vertente com a possibilidade de aplicação vertical no futuro, sendo um factor de *design* necessário no planeamento para desastres naturais e grandes crises económicas.

Gestão comunitária e prevenção de catástrofes: a comunidade, na linha de frente, é como a fortificação na prevenção e controlo de epidemias, por isso, o controlo do fluxo e da aglomeração de pessoas é um instrumento fundamental para controlar a propagação de uma epidemia. Quanto ao desenvolvimento de Macau em cidade inteligente, o Governo e as instituições de ensino superior ou as entidades de investigação podem tomar a iniciativa de criar uma plataforma para informações sobre a prevenção de catástrofes. Face ao actual surto, muitos lugares têm utilizado a “gestão atempada” baseada na técnica do pensamento espacial. Segundo o número de doentes numa área administrativa, faz-se a distribuição de recursos médicos, a construção de mais hospitais, o envio transfronteiriço de recursos médicos e, o corte de comunicações entre as cidades, de acordo com a velocidade e a intensidade da propagação da epidemia.

Desenvolvimento da inteligência artificial e da automatização: os robôs automatizados são uma indústria do futuro, mas não aplicável a todas as regiões. Primeiro, é necessário um elevado rendimento *per capita*, segundo, um conhecimento amplo das pessoas, e terceiro, um território pequeno e com elevada densidade populacional. Os países com maior nível de automatização no mundo não são os Estados Unidos, mas os Países Baixos. Na Ásia, é o Japão que satisfaz estas três condições, e não Macau. Os benefícios da automatização são a redução de mão-de-obra e as tecnologias avançadas, como a Internet das Coisas, a inteligência artificial, a análise de megadados, a computação em nuvem, as novas indústrias de fabricação. Com a integração de Macau na Grande Baía, pode-se aproveitar a indústria electrónica de Shenzhen, a de *software* de Guangzhou, a de maquinaria de Zhuhai e a indústria electrónico-óptica de Zhongshan, que podem ser unidades de abastecimento para a automatização. Macau tem fundos e procura, e essa cooperação pode desenvolver a ciência e a tecnologia da Grande Baía.

Tudo isto são factores essenciais para um futuro desenvolvimento baseado na prevenção de catástrofes, e também rumo a uma cidade inteligente sustentável. Por outro lado, Macau é uma cidade dependente da indústria do turismo e do jogo, e serão também muito importantes as vertentes como o fornecimento de serviços *on-line* com a mesma qualidade do serviço *off-line* (por uma entidade física), bem como o desenvolvimento de tecnologias para a vida quotidiana em redes *on-line* e de outras infra-estruturas.

IAOD do Deputado Ip Sio Kai em 16.03.2020

Pleno aproveitamento das políticas financeiras para salvaguardar a economia, o emprego e o bem-estar da população

A situação epidémica do novo tipo de coronavírus, um incidente que se inscreve na teoria do cisne preto, causou um impacto substancial para a economia de Macau, que depende muito do sector predominante, daí ser maior a urgência da diversificação adequada da economia. Cerca de 7% do PIB provém do sector financeiro, a terceira maior indústria de Macau, e acelerar o desenvolvimento do sector dos serviços financeiros é benéfico para a promoção da diversificação adequada da economia. Espera-se que o Governo mantenha o foco no estímulo e na recuperação da economia, defina planos prospectivos e aproveite bem o efeito orientador das políticas, com vista a combinar a promoção do desenvolvimento do sector financeiro e a recuperação da economia com a melhoria do bem-estar da população, alcançando assim o efeito de sinergia. De acordo com a actual realidade de Macau, sugere-se o pleno aproveitamento das políticas financeiras, no sentido de se envidar todos os esforços na salvaguarda da economia, do emprego e do bem-estar da população, atenuando-se, na medida do possível, a pressão do declínio económico que neste momento se faz sentir, com vista a construir uma base para um desenvolvimento de alta qualidade a longo prazo.

Apesar da falta de margem para recorrer às políticas monetárias no que respeita à emissão de moeda, as políticas de estímulo financeiro ainda conseguem surtir grandes efeitos. A sociedade urge o Governo a aumentar esse estímulo em dois motores, investimento e consumo, aliviando assim a pressão do declínio económico. Por isso, sugere-se ao Governo o seguinte:

1. Aumentar o investimento em infra-estruturas públicas de grande envergadura, elevar a eficiência administrativa e concretizar, quanto antes, o impulso do PIB. Em primeiro lugar, os projectos, em fase de construção e planeamento, tais como postos fronteiriços, metro ligeiro, tráfego, pontes, aterros, habitação pública, etc., devem ser executados com rapidez e consoante as suas especificidades. Segundo, há que planear, quanto antes, o arranque da construção de um conjunto de infra-estruturas relacionadas com a vida da população. A passagem de tufões demonstrou a obsolescência e o fracasso das infra-estruturas de Macau no domínio das águas, electricidade, gás, telecomunicações, prevenção de catástrofes, etc. Por isso, há que aproveitar esta ocasião para promover, em grande escala, a optimização e a actualização das infra-estruturas urbanas. Terceiro, há que acelerar, com empenho, a renovação urbana e a transformação dos bairros antigos, que têm implicações com o bem-estar de dezenas de milhares de famílias. O sector bancário pode dar apoio significativo à realização das obras respectivas, designadamente, aumentar os apoios ao financiamento, elevar a eficiência dos procedimentos para efeito da garantia bancária e criar produtos relativos às obras do Governo, com vista a fazer surtir o efeito de sinergia das políticas.

2. Promover a construção de uma cidade inteligente, contribuindo para a reabilitação pós-epidemia e para aumentar a eficiência do funcionamento da sociedade. Esta epidemia veio destacar a importância e a urgência da promoção de serviços online e de serviços sem contacto entre a administração pública e os diversos sectores. Há que acelerar a construção de uma cidade segura e inteligente, otimizar a plataforma do governo electrónico, aperfeiçoar a rede de cobertura comunitária do sistema “olhos no céu” e o sistema de computação em nuvem, fazendo os possíveis para transferir os serviços para a Internet. O sector bancário de Macau pode articular-se plenamente com o Governo para a criação de um sistema de pagamento electrónico expedito, acelerando a construção de serviços financeiros direccionados para o Governo e para a área da educação.

3. Desinvestir, adequadamente, nos fundos da Reserva Financeira que se encontram no exterior de Macau, aumentando a estabilidade e a liquidez do sistema financeiro. Na perspectiva da segurança financeira, o Governo investe muitos activos líquidos no exterior, a fim de garantir a transferência atempada de fundos financeiros, propõe-se o desinvestimento de forma adequada nos referidos fundos durante o período da epidemia, aumentando-se o parqueamento de fundos de alta liquidez no sistema bancário local. Assim, em primeiro lugar, pode aumentar-se o capital do sistema bancário local, através da política de crédito, para promover o retorno da economia ao seu rumo normal. Em segundo lugar, durante este surto epidémico, o sector bancário concedeu diversos empréstimos, reduziu as taxas de juro e as taxas de emolumentos e adiou o pagamento das taxas de juro, com vista a estabilizar a economia. O desinvestimento em parte dos fundos líquidos de alto rendimento pode melhor prevenir e responder aos eventuais problemas de liquidez de curto prazo de determinados bancos e favorecer a estabilidade do sistema financeiro, o que se reveste da maior importância para a conjuntura social e económica.

IAOD do Deputado Wai Sai Man em 16.03.2020

No início do surto do novo tipo de coronavírus, o Governo da RAEM procedeu com todo o rigor, e implementou atempadamente o “plano de garantia do fornecimento de máscaras para os residentes de Macau”, suspendeu o funcionamento dos casinos durante 15 dias, e aplicou medidas diversificadas, como restrições nas entradas em Macau, a fim de evitar doenças epidémicas nos bairros comunitários. Mais, o Governo lançou uma série de medidas para aliviar as dificuldades dos cidadãos e apoiar as micro, pequenas e médias empresas, o que foi reconhecido e elogiado pela sociedade.

Mas, com o desenvolvimento da epidemia, o problema de se depender excessivamente de um só sector económico voltou a revelar-se. Perante esse impacto económico mais grave desde o retorno de Macau à Pátria, todos os sectores de actividade foram afectados, as micro, pequenas e médias empresas têm vindo a desenvolver-se de forma árdua, e todos os residentes têm sentido o mesmo. Por isso, o Governo antecipou a atribuição do Plano de Participação Pecuniária no Desenvolvimento Económico, e lançou os vales de consumo locais, para aumentar a procura interna e recuperar a economia o mais rápido possível.

Não é nada optimista se, a curto prazo, Macau depender apenas do aumento da procura interna para recuperar a economia, pois recebia anualmente mais de 30 milhões de visitantes. O Interior da China é a sua fonte principal de turistas e ainda não há um prazo para a retoma do visto individual, por isso é difícil para o sector do turismo e do jogo recuperarem completamente. Mais, após o surto epidémico, as diversas províncias e municípios do Interior da China precisam de tempo para a recuperação económica, por isso, a curto e médio prazo, a recuperação económica de Macau será certamente afectada, pois o turismo é considerado um consumo desnecessário.

A longo prazo, para além do impacto da epidemia, o maior problema que Macau enfrenta é como concretizar a diversificação adequada da economia. A sociedade já chegou a consenso que o caminho de salvaguarda do desenvolvimento sustentável de Macau é o desenvolvimento de mais indústrias emergentes e a redução da dependência excessiva do sector do jogo. De facto, nas Linhas de Acção Governativa (LAG) dos últimos anos, o Governo frisou que ia acelerar e impulsionar a diversificação adequada da economia, promover o desenvolvimento das indústrias de convenções e exposições, e da medicina tradicional chinesa, e o sector financeiro com características próprias, desenvolver bem o papel de “um centro e uma plataforma” e participar, activamente, na cooperação regional, mas os resultados não foram significativos e o desequilíbrio entre as indústrias ainda não foi melhorado.

Com este surto epidémico, creio que o Governo ficou a saber da importância e da importância de acelerar a diversificação adequada da economia e de reforçar a sua “elasticidade”. Ao mesmo tempo, os factos mostram que “Macau não pode

deixar de ter indústrias”. Proponho ao Governo que estude o apoio às indústrias com potencialidades de desenvolvimento e forte capacidade de resistência a adversidades, como as de fabrico de produtos alimentares e medicamentos. Também é possível dar formação aos manufactureiros que reúnam condições para exercer actividades de exportação. É possível ainda aproveitar a indústria turística de Macau para criar indústrias transformadoras capazes de introduzir elementos culturais e criativos para venda. Mais, é possível impulsionar o desenvolvimento de indústrias ligadas à ciência tecnológica, tais como, impressão 3D, criação de “software”, “design” de pedras preciosas, etc. No que respeita às exigências do investimento em activos fixos, os novos modelos de indústria transformadora são diferentes dos tradicionais que necessitam de muita mão-de-obra, e não sofrem restrições relacionadas com a insuficiência de terrenos e a falta de recursos humanos. Mais, a atracção de mais talentos ou quadros qualificados e o reforço dos investimentos nas áreas das tecnologias contribuem para Macau obter novas vantagens industriais. É possível até transformar Macau num centro de investigação e desenvolvimento de tecnologias, com as oficinas de fabrico de produtos no Interior da China, demonstrando o aproveitamento das sinergias das cidades da Grande Baía.

O desenvolvimento das indústrias já não pode ficar limitado aos actuais 33 km² de terrenos. O Governo deve estudar como é que a Ilha de Hengqin pode ser uma plataforma para a diversificação adequada da economia. Com a criação de um parque industrial de Macau na Ilha de Hengqin, com as leis, os regulamentos, o regime fiscal de Macau, etc., os produtos fabricados aí e de acordo com os critérios estabelecidos podem ser considerados como fabricados em Macau; com a simplificação das formalidades alfandegárias, os produtos poderão entrar, o mais rápido possível, no mercado interno, e mais indústrias poderão ter um espaço de desenvolvimento.

Macau tem de mudar radicalmente a estrutura económica sem força motriz para um crescimento autónomo e resolver os problemas consequentes. A diversificação adequada das indústrias e a criação de uma nova fase de desenvolvimento económico não são questões simples. Espero que o Governo consiga ter a coragem de enfrentar os problemas mais profundos do desenvolvimento económico de Macau e liderar os diversos sectores da sociedade para um caminho correcto de desenvolvimento.

IAOD do Deputado Chui Sai Peng José em 16.03.2020

Promover a diversificação das indústrias e da economia

Face ao surto da epidemia causada pelo novo coronavírus, o Governo tem prestado muita importância aos trabalhos de prevenção e controlo, conseguindo acabar com os casos confirmados e assegurar mais de um mês sem casos novos. Gostava de deixar aqui o meu agradecimento sincero ao pessoal de saúde e das Forças de Segurança e aos trabalhadores que persistem na luta contra a epidemia.

Esta epidemia está a afectar bastante as economias, de Macau e mundial, e no mês passado o Chefe do Executivo afirmou que o Governo ia enfrentar um défice orçamental pela primeira vez desde o Retorno à Pátria. Face aos impactos sucessivos dos vírus, desde o SARS, passando pelo MERS até ao novo coronavírus (Covid 19), temos de admitir que a preparação para lidar com situações imprevistas não pode ser considerada como ocasional, mas sim, como exigência necessária ao desenvolvimento sustentável das indústrias e ao estilo de vida sustentável. Para alargar a diversificação das indústrias locais, apresento três sugestões:

1. Fornecimento de material médico, de higiene e de uso diário. Espera-se que “salvar-se e aos outros” possa ser uma opção para o desenvolvimento da indústria. Na fase inicial da epidemia, verificou-se escassez de materiais antiepidemia; mais tarde, países de todo o mundo disputaram equipamentos e, nalguns países e regiões, até foi proibida a exportação de máscaras para garantir a procura interna. Tal como disse o Chefe do Executivo Ho, “numa altura em que há falta de máscaras no País, não é nada bom que Macau continue a pedir o seu fornecimento”. Como os equipamentos e materiais médicos, nomeadamente medicamentos tradicionais chineses e material de higiene, constituem um suporte necessário ao funcionamento do sistema de saúde, sugiro ao Governo a inclusão da indústria de fabricação de produtos médicos e de higiene no âmbito da reconversão e valorização da indústria local, para aumentar a capacidade de auto-fornecimento desses produtos e possibilitar a sua exportação, por forma a estarmos preparados, desde já, para eventuais incidentes de saúde pública.

2. Planeamento urbanístico prospectivo, para suporte à diversificação das indústrias. A Lei do planeamento urbanístico, em vigor desde 2015, define exigências muito rigorosas sobre a alteração da finalidade dos terrenos, e mesmo quando há consenso social e apoio do Governo, o processo é moroso e complexo. Sugiro então ao Governo que avance com um planeamento prospectivo, sistemático, integrado e científico das finalidades dos terrenos não aproveitados e dos lotes a conquistar ao mar, e que defina rigorosamente as respectivas finalidades industriais (produção e armazenamento de material de resposta a emergências, medicina tradicional chinesa e economia verde), para o planeamento urbanístico criar um caminho, e não barreiras, para o

desenvolvimento. Deve ainda conjugar o desenvolvimento industrial com o turismo, o entretenimento e a educação das crianças, enriquecer os elementos turísticos e expandir as fontes de visitantes, com vista a consolidar o posicionamento de Macau enquanto centro mundial de turismo e lazer.

3. Acelerar a integração de Macau na Grande Baía e promover a colaboração entre as indústrias criativas e tecnológicas. O projecto “Instituto internacional de indústria, academia e investigação da Grande Baía” foi recentemente aprovado pela Província de Guangdong, dando-se assim o primeiro passo para a colaboração transfronteiriça ao nível das indústrias criativas e tecnológicas. Assim, sugiro ao Governo que considere os actuais quatro laboratórios-chave nacionais - o Laboratório para Investigação de Qualidade em Medicina Chinesa, o Laboratório em Circuitos Integrados em Muito Larga Escala Analógicos e Mistos, o Laboratório de Internet das Coisas da Cidade Inteligente e o Laboratório para a Ciência Lunar e Planetária - como elementos principais para a investigação a desenvolver no referido Instituto, como forma de mostrar a capacidade de Macau na investigação científica sobre as tecnologias avançadas e para transformar Macau num local de excelência para o teste de produtos inventados ou produzidos no Interior da China, contribuindo assim para a concretização da diversificação das indústrias.

IAOD do Deputado Lam Lon Wai em 16.03.2020

Apoiar as escolas na optimização da aprendizagem “on-line” e apoiar os pais dos alunos em diversos aspectos

A epidemia do novo tipo de coronavírus continua, e está ainda a afectar gravemente o mundo todo. Felizmente, Macau preparou-se bem na fase inicial da epidemia e, para além da implementação atempada de várias medidas, os esforços conjuntos de todos os sectores da sociedade, do pessoal da linha de frente e de toda a população também contribuíram muito para a epidemia em Macau poder ser controlada eficazmente. Aproveito esta oportunidade para agradecer a todos! Por outro lado, espera-se que toda a população de Macau continue a contribuir para a prevenção da epidemia, esforçando-se em conjunto, com o objectivo de voltar à vida normal.

Devido à estabilidade da situação epidémica em Macau, diversos sectores reiniciaram sucessivamente as suas actividades, mas as escolas ainda não retomaram as aulas, e muitas famílias têm dificuldades em cuidar dos filhos, por isso, sugere-se ao Governo que incentive as empresas ou instituições a promoverem um horário flexível de trabalho ou a permitirem aos seus empregados trabalharem em casa, para poderem escolher um modo de trabalho mais adequado à sua situação familiar, encontrando assim um equilíbrio entre o trabalho e a família.

Durante a suspensão das aulas, a DSEJ encorajou a “aprendizagem contínua”. As escolas organizaram trabalhos de casa e exercícios através da internet, mas, devido à diferença do ambiente de aprendizagem, aprender em casa nunca consegue atingir os efeitos de aprender na escola. Muitos pais, para além de terem de prestar apoio e supervisionar os seus filhos para aprenderem em casa, têm de trabalhar sob a pressão psicológica da prevenção da epidemia, o que é muito cansativo. Só que, actualmente, o ensino “on-line” em Macau é maioritariamente unilateral e unitário, os recursos pedagógicos são relativamente dependentes do exterior e faltam modelos avançados para um ensino interactivo, por exemplo, nas aulas “on-line” e no “feedback” imediato, que são mais notórios especialmente nos ensinamentos infantil e primário. Espera-se que a DSEJ reforce a diversificação e a inovação do modelo de ensino “on-line” de Macau, sugerindo ao Governo que pondere, em termos financeiros e técnicos, medidas destinadas aos alunos de diferentes níveis, atribuindo subsídios às escolas para a aquisição ou ajuda na exploração das suas próprias plataformas de ensino com funções interactivas imediatas, a fim de poder criar verdadeiras “salas de aulas electrónicas” ou até “escolas electrónicas”.

Mais, o Governo criou uma linha aberta para apoio psicológico aos alunos e encarregados de educação nesta fase epidémica. As autoridades devem reforçar as acções de divulgação nas redes sociais ou grupos sociais, para os pais que

(Tradução)

precisam de ajuda poderem saber como obter apoio adequado. Entretanto, os pais devem aproveitar esse longo tempo de permanência em casa para reforçar o diálogo com os filhos, cultivar neles valores positivos, construir boas relações com os filhos e, em seguida, promover o bom desenvolvimento físico e psicológico dos jovens.

IAOD do Deputado Leong Sun lok em 16.03.2020

A epidemia do novo tipo de coronavírus alastrou-se muito rapidamente por todo o país, afectando, sem precedentes, a segurança pública do nosso país e ameaçando também a vida dos nossos compatriotas. Em momentos de crise, sob a liderança do Governo Central, o país inteiro, unido e de mãos dadas, desenvolveu uma campanha de prevenção em larga escala. Durante a prevenção, imensas pessoas esforçaram-se e sacrificaram-se, especialmente na província de Hubei e na cidade de Wuhan, que foi a mais afectada. O povo assumiu grandes riscos e sacrificou-se. Em pouco mais de três meses, tivemos conhecimento de muitas histórias comoventes na luta contra a epidemia e, até ao momento, a epidemia provocou mais de 3100 vidas em todo o país, e muitos trabalhadores da área da saúde e da linha da frente sacrificaram a sua vida na luta contra a epidemia e nas operações de socorro. Se não fossem os inúmeros heróis anónimos, acredito que a infecção e o número de mortes seriam ainda mais graves. Tal como referiu o Presidente Xi Jinping no seu discurso: “o resultado da actual tendência positiva na prevenção e controlo da epidemia deve-se ao sacrifício e à dedicação do povo de Wuhan.” Perante a escassez de produtos médicos e de utensílios diários, as pessoas dos 4 cantos do país foram socorrer Wuhan na luta contra a epidemia, assim como pessoal médico e de enfermagem que se deslocaram até Wuhan, deixando toda a cidade comovida. Tudo isto demonstra claramente que quando há chineses em dificuldades, os seus compatriotas deslocam-se dos 4 cantos do país em seu socorro. Aproveito esta minha intervenção para expressar a minha nobre homenagem a todos os cidadãos do país que contribuíram para o combate à epidemia e, ao mesmo tempo, para expressar as mais sinceras condolências aos que perderam a vida na luta contra a epidemia. Desejo também a todos os doentes uma rápida recuperação e um óptimo regresso ao seu belo lar.

Em Macau, o Governo estava pronto para fazer face à epidemia, tomou várias medidas preventivas, e com a colaboração de toda a população, a situação epidémica está sob controlo, garantindo-se a segurança da população. Os diversos sectores da sociedade, nomeadamente as empresas e as associações que reúnem condições, também, consoante as suas capacidades, prestam apoio aos grupos mais carenciados, e as empresas do jogo, enquanto empresas mais poderosas de Macau, também responderam aos apelos do Governo, de não dedução dos salários durante a suspensão das actividades, e a implementação de diversos programas para manter o emprego, são dignos de reconhecimento social. É claro que, para além das concessionárias do jogo, muitas outras empresas conscientes estão a conseguir, nesta adversidade, ultrapassar as dificuldades com os seus empregados, reduzindo bastante os impactos da epidemia para a vida da população, demonstrando assim um espírito de plena ajuda mútua.

O surto epidémico causou grande impacto para a economia local, e o sector do jogo foi o primeiro afectado. Em Fevereiro, as receitas do jogo caíram cerca de

90%, face ao período homólogo do ano passado, e de acordo com a tendência da epidemia mundial, creio que a economia de Macau ainda necessita de algum tempo para se recuperar. Ao longo dos últimos 20 anos, verificámos que, a par das oportunidades de desenvolvimento, enfrentámos dificuldades e desafios, incluindo a SARS ocorrida em 2002 e as duas crises financeiras mundiais em 2008 e 2014. Contudo, Macau conseguiu garantir, basicamente, a harmonia e a estabilidade social, bem como salvaguardar o emprego e a vida da população, retomando rapidamente o caminho correcto. Por isso, mesmo que a economia de Macau tenha de passar por um período de inverno, com os frutos do desenvolvimento acumulados ao longo dos últimos 20 anos, acredito que o Governo pode aproveitar as suas próprias condições e vantagens para ultrapassar este período difícil.

Face ao impacto da epidemia sobre a economia de Macau, espero que o Governo desenvolva os trabalhos de apoio às empresas e de protecção do emprego, entre outros, proporcionando às pessoas necessitadas medidas de apoio adequadas e empenhando-se na promoção da economia e na garantia da qualidade de vida da população. As concessionárias do jogo, que são as principais empresas de Macau, sustentam dezenas de milhares de famílias, e espero que continuem a assumir as suas responsabilidades sociais, para que a sociedade regresse, quanto antes, ao caminho certo.

IAOD do Deputado Lei Chan U em 16.03.2020

A epidemia do novo tipo de coronavírus está a ter um grave impacto na economia de Macau, resultando em desemprego ou subemprego em muitos sectores. Assim, o Governo adoptou diversas medidas, incluindo um plano para arranjar emprego em detrimento do subsídio de desemprego, o que merece reconhecimento.

A meu ver, mesmo com um subsídio de formação para desempregados e a implementação do referido plano para arranjar emprego, o Governo deve ainda aproveitar bem os recursos ao nível de apoio e formação para desempregados, a fim de organizar mais acções de formação que se adequem às necessidades do mercado, por forma a reforçar as aptidões e competitividade profissionais dos empregados afectados.

O Regulamento dos Incentivos e Formação aos Desempregados define o regime de atribuição de incentivos para o emprego e a formação de desempregados, de deficientes e de jovens locais à procura do primeiro emprego, sendo incentivos concedidos pelo Fundo de Segurança Social (FSS) por conta da receita dum dotação específica proveniente do orçamento da RAEM. Esse Regulamento, criado para promover o emprego, teve um efeito notório quando foi lançado. A taxa de desemprego nos últimos anos tem estado em níveis relativamente baixos devido à melhoria da situação económica de Macau, e os pedidos de subsídios atribuídos no âmbito do Regulamento diminuíram no número e no montante. Em 2008, a verba para subsídios foi de 22 mil patacas, com uma redução de 75,4 por cento em comparação com 2017, e houve apenas um pedido de apoio para acções de formação. De 2014 a 2018, o montante dos subsídios atribuídos totalizou 420 mil patacas. Assim, verifica-se uma acumulação das verbas no âmbito desse Regulamento devido à redução das despesas com os subsídios e às dotações orçamentais contínuas. Até Novembro de 2019, o saldo das verbas não utilizadas foi de 160 milhões de patacas, o que demonstra que esses recursos para a formação profissional não têm sido utilizados adequadamente.

O Regulamento da verba específica para as acções de formação profissional prevê que compete ao FSS apreciar a organização e gestão das mesmas, e se estão adequadas às necessidades do mercado laboral, e fiscalizar e acompanhar o seu exercício, etc. Na realidade, a DSAL continua a ser responsável pelo exercício das acções de formação profissional, e é óbvio que o respectivo regime não é adequado para as actividades, portanto, as funções estão mal distribuídas. É de salientar que, quando foi publicado o Regulamento da verba específica, o FSS estava sob a tutela da Secretaria para a Economia e Finanças. Mas, em 2011, com o ajustamento da estrutura, o FSS passou para a tutela da Secretaria para os Assuntos Sociais e Cultura. O valor de financiamento da verba específica para as acções de formação é concedido por decisão do FSS, que está sujeita à

homologação do Secretário para a Economia e Finanças. Este trabalho intersecretarias afecta, em certa medida, a utilização dos respectivos recursos, impedindo o sucesso na realização das acções de formação.

O Regulamento já entrou em vigor há 16 anos, o que dificulta a adaptação eficaz às novas características do mercado de trabalho, às novas mudanças e às novas tendências. O Governo deve, em tempo oportuno, rever e otimizar os regimes do Regulamento, canalizando os respectivos recursos e trabalhos de formação para a DSAL, para aproveitar melhor esses recursos, e promover o planeamento e o desenvolvimento dos incentivos e da formação para os desempregados.

Até 12 de Março, não foram registados mais casos confirmados durante 37 dias consecutivos, o que demonstra o sucesso da política de prevenção e controlo da epidemia, e ainda graças à forte liderança do Governo, à colaboração e apoio dos sectores da sociedade e da população, e ao trabalho árduo de todo o pessoal da linha de frente. O novo governo apresentou aos cidadãos uma “folha de respostas” satisfatória ao lidar com a epidemia. Espero que a sociedade se mantenha unida e empenhada nessa luta e que continue a esforçar-se no combate contra a epidemia e na sua prevenção.

IAOD da Deputada Chan Hong em 16.03.2020

Juntos para combater a epidemia e superar o momento difícil

É comovente a adesão de toda a população ao combate à epidemia. Nos últimos 3 meses desde o surto da COVID-19, a nação chinesa tem sido posta a uma prova sem precedentes. A união, a coragem, a liderança do Governo Central, a atitude activa dos governos regionais e a colaboração de toda a população contribuíram para o controlo da epidemia. Tenho a certeza de que a vitória definitiva vai ser alcançada com a persistência e o esforço do povo.

Macau teve uma prestação excelente no combate à epidemia. Com reflexos rápidos, actuação proactiva, medidas adequadas e coordenação eficaz, o Governo conseguiu efeitos notórios na protecção da saúde e segurança da população, e no apoio às profissões e residentes afectados, o que mereceu o reconhecimento da sociedade. Nesta prova, a população esteve muito unida e demonstrou elevada consciência de responsabilidade. As instituições e associações profissionais desempenharam um papel activo. Os profissionais de saúde e da linha da frente dedicaram tempo e energia, de forma abnegada e destemida, para impedir a propagação da doença. Todos os participantes demonstraram as virtudes tradicionais chinesas, como a solidariedade e o serviço à comunidade. Isto é digno de louvor e respeito. Assim, agradecemos, com gratidão, a todos aqueles que se esforçaram, de forma devotada e profissional, para travar a propagação da epidemia! O seu contributo nunca será esquecido na história de Macau!

Durante este período de “as aulas estão suspensas, mas a aprendizagem continua”, os operadores da área da educação mantêm uma comunicação estreita com os alunos e os encarregados de educação, aproveitando, entre outros, os recursos da internet, a fim de prestar lições “online”, para os alunos poderem manter a aprendizagem em casa. Neste momento, as escolas e os professores estão, por um lado, a dar continuidade aos trabalhos educativos durante o período de suspensão das aulas e, por outro, a preparar os alunos para voltarem às aulas. Espero que os professores se lembrem da solicitação do Presidente Xi Jinping em relação ao sector educativo de Macau, ou seja, elevar, de forma contínua, a qualidade da aprendizagem e da educação, com amor, paciência e espírito profissional, e transmitir a cultura chinesa e melhorar a educação patriótica, transmitindo, de geração em geração, valores e conceitos correctos sobre a vida, contribuindo para a formação de quadros qualificados na RAEM e para o grande renascimento da nação chinesa.

Actualmente, a epidemia está a alastrar-se rapidamente a nível mundial, por isso, Macau deve preparar-se bem para a enfrentar a longo prazo e, tendo em conta o seu desenvolvimento, elaborar um plano de prevenção contra a epidemia da próxima fase. Quanto às empresas e aos residentes afectados pela epidemia,

(Tradução)

espero que as autoridades competentes definam mais medidas de apoio específicas, para todos poderem ultrapassar as dificuldades. A história da nação chinesa mostra que esta se consegue manter unida e indomável em tempos de crise, vencendo todas as dificuldades. Estamos confiantes de que, com o forte apoio do País e com o esforço conjunto do Governo da RAEM e de toda a população de Macau, vamos vencer a epidemia e continuar a contribuir para a prosperidade e estabilidade da sociedade.

IAOD da Deputada Lei Cheng I em 16.03.2020

Promover a diversificação adequada da economia e alargar as opções e o espaço de emprego dos residentes

Nos últimos dois meses, a epidemia da Covid-19 abalou Macau e causou alguns prejuízos. Os serviços públicos e a sociedade têm envidado esforços conjuntos para lidar com a situação, o que merece o nosso reconhecimento. Apresento os meus sinceros agradecimentos e expresso o meu respeito aos trabalhadores dos diversos sectores, que se mantiveram nos seus postos de trabalho no combate à epidemia, e que contribuíram para assegurar a saúde da população e o normal funcionamento da cidade, bem como às pessoas interessadas que fizeram doações e prestaram serviços de voluntariado.

A situação de epidemia em Macau já está mais estável, mas com o aumento do número de casos em todo o mundo, Macau continua a aplicar as medidas de restrição às entradas e saídas e de isolamento, o número de visitantes reduziu em grande escala, causando impactos para a economia e para o emprego, e a situação vai durar algum tempo. A taxa de desemprego entre Novembro de 2019 e Janeiro deste ano, divulgada recentemente, foi de 1,7%, o que, é certo, não reflecte a situação real do emprego durante a epidemia pois, na realidade, já se registaram dezenas de despedimentos. O que mais merece a nossa atenção é o assegurar do emprego dos trabalhadores, mas algumas empresas, nomeadamente dos sectores do turismo, da hotelaria e do comércio, já exigiram aos seus trabalhadores o gozo de licenças sem vencimento, suspenderam o trabalho, reduziram salários ou pagaram apenas a remuneração de base, portanto, os seus rendimentos sofreram reduções. Mais, muitos trabalhadores por conta própria estão sem emprego, e se param de trabalhar deixam de comer, alguns deles têm de pagar casa e de sustentar as famílias, o que os deixa bastante preocupados. O Governo lançou várias medidas para benefício da população, mas há que acompanhar de perto a evolução do ambiente económico e do mercado de trabalho, continuar a implementar medidas de apoio às empresas, manter o emprego e, em especial, assegurar a prioridade dos locais no acesso ao emprego.

Quanto ao subsídio de formação para desempregados e ao plano de “oferta de trabalho em vez de subsídios”, há que considerar dois aspectos. Primeiro, os cursos de formação devem ter por finalidade permitir aos desempregados, incluindo os trabalhadores por conta própria, a aquisição de técnicas para a eventual mudança de profissão. Segundo o recente anúncio do Governo, os cursos da primeira fase têm a ver com postos de trabalho no sector da construção civil. Espero que o Governo organize, quanto antes, cursos com suficientes vagas e opções para os sectores da restauração e das convenções e exposições. Segundo, o Governo pode tomar como referência o plano de apoio aos trabalhadores e empregadores implementado em Taiwan. O Governo pode

considerar atribuir um subsídio de formação aos trabalhadores que, por causa da epidemia, foram obrigados ao gozo de licenças sem vencimento ou viram as horas de trabalho reduzidas e pode também prestar apoio financeiro às empresas para evitar despedimentos, para permitir que os empregados aproveitem para frequentar cursos de formação para elevar as capacidades e aptidões profissionais, a qualidade dos serviços, etc. Para reduzir, quanto tanto possível, o desemprego e o impacto da epidemia, há ainda que incentivar a certificação profissional dos trabalhadores, para estes se prepararem para a recuperação económica.

Tendo em conta que a estrutura económica de Macau é pouco diversificada, a epidemia do novo tipo de coronavírus tem grande impacto para a nossa economia, visto que os sectores do jogo, turismo, hotelaria, restauração e serviços estão a ser gravemente afectados. Como o equilíbrio da estrutura industrial ainda não foi conseguido, e a dependência excessiva dos sectores do jogo e do turismo mantém-se, a epidemia veio destacar a crise com que nos deparamos. O Governo, enquanto combate a epidemia, deve impulsionar a economia e garantir o emprego, envidar esforços para impulsionar a diversificação e a inovação industrial, ajudar as PME a elevar a sua competitividade, e formar quadros polivalentes. Tudo isto contribuirá para impulsionar o desenvolvimento diversificado da economia, proporcionar opções de emprego e espaço de desenvolvimento aos residentes, e elevar a competitividade da nossa cidade.

2020-03-16 IAOD

José Maria Pereira Coutinho

"Quid Macau pós Codvid-19"

Nos últimos vinte anos, a RAEM foi abalada com mega tufões com perdas de vidas humanas e teve de enfrentar vários combates contra graves doenças respiratórias altamente contagiosas. Neste percurso de vinte anos foram notórias as graves deficiências ao nível da protecção civil, saúde pública e as fragilidades económicas muito dependentes das receitas do Jogo não obstante a existência de dezenas de fundos públicos para distribuição de apoios financeiros para todos os "gostos" e "medidas".

O Codvid-19 expôs uma vez mais as graves falhas no âmbito da prevenção e protecção da saúde pública a começar nos estranhos atrasos na construção do Edifício de Doenças Infecciosas e o Complexo Hospital das Ilhas este último previsto para ser inaugurado em 2015 sem que alguém tenha de assumir as devidas responsabilidades.

No decurso do Codvid-19 não obstante os esforços redobrados dos trabalhadores da linha de linha de frente da APM notaram-se graves falhas na área da saúde pública nomeadamente em equipamentos de protecção individual que deveriam ser adquiridos e distribuídos ao pessoal da linha de frente em tempo útil face aos elevados riscos desta grave doença contagiosa.

Na área de apoios económicos, o Governo não obstante os apoios avulsos e já repetitivos, não levou em consideração as múltiplas petições recentemente dirigidas ao Chefe do Executivo nem sequer se dispuseram a contactar os representantes dos milhares de subscritores das petições, solicitando apoios específicos e direccionados aos prejuízos advindos do Codvid-19.

Muito mais poderia ser referido quanto à ineficácia das recentes medidas de apoio financeiro deixando-as em quase total abandono.

Enfim, faço um apelo ao Governo no sentido de alargar os apoios aos diferentes estratos sociais por forma a encontrar medidas mais abrangentes e que de facto ajudam às empresas que ficaram marginalizadas a ajudar a ultrapassar as suas dificuldades.

O Gabinete do Deputado à Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau aos 16 de Março de 2020.

José Pereira Coutinho

IAOD do Deputado Zheng Anting em 16.03.2020

O início do Ano Novo Lunar devia ser um momento feliz, mas, devido à situação da epidemia, toda a cidade se “vestiu” de silêncio durante os feriados. A epidemia foi também um desafio para o novo Governo, que tomou posse há pouco tempo. Felizmente, o novo Governo reagiu rapidamente para a combater: quanto à escassez de máscaras, foi divulgado um plano de fornecimento, a fim de garantir máscaras suficientes para os cidadãos; foi divulgada a disponibilidade dos produtos em reserva; através de conferências de imprensa com representantes de diversos serviços públicos, foram apresentadas informações actualizadas, com esclarecimentos atempados sobre a situação da epidemia, eliminando as dúvidas da sociedade. Segundo a situação, o Chefe do Executivo suspendeu o funcionamento dos casinos, durante meio mês, e adoptou uma série de medidas de apoio, de acordo com as opiniões da sociedade, para tranquilizar a população. Com o esforço do Governo e do pessoal da linha da frente, a epidemia foi controlada rapidamente. Segundo os resultados dos inquéritos, a maioria da população está satisfeita com o desempenho do Governo. É de salientar que, neste momento, os trabalhadores da linha da frente, especialmente os profissionais de saúde, a polícia, os assistentes sociais e os trabalhadores dos assuntos municipais, mesmo com o risco de infecção, mantêm-se firmes nos seus postos e combatem, dia e noite, na linha da frente, a epidemia, para proteger a saúde dos cidadãos, tudo isto merecendo o nosso elogio.

A epidemia teve grande impacto na economia de Macau, no sector do jogo e nas pequenas e médias empresas (PME), com os seus negócios gravemente afectados. As PME têm de suportar elevadas rendas e salários dos seus trabalhadores, entre outras despesas. Muitas têm de despedir os trabalhadores ou fechar as suas portas. Além do turismo e do sector da prestação de serviços, outros sectores foram igualmente afectados. Assim sendo, em relação às PME, o Governo divulgou o “Plano de Apoio às Pequenas e Médias Empresas”, com o objectivo de lhes conceder um empréstimo sem juros. Mais, o Governo foi o primeiro a dispensar três meses de renda aos seus inquilinos. Quanto aos cidadãos, o Governo vai atribuir antecipadamente os cheques no valor de 10 mil patacas e vales de consumo, no valor de 3 mil patacas, e isentar os residentes de pagar a água e a electricidade durante três meses.

O Governo ainda lançou, em colaboração com os bancos, uma série de medidas, como empréstimos para o combate à epidemia e para os taxistas, no sentido de apoiar a população e as empresas a superar o momento difícil. Para os trabalhadores por conta própria e as profissões técnicas, é concedido um empréstimo, com requisitos menos exigentes, simplicidade das formalidades e flexibilidade no uso. Tudo isto demonstra a cientificidade e a eficácia das medidas adoptadas pelo Governo para combater a epidemia. Porém, com a queda do número de turistas decorrente da epidemia, algumas PME estão a atravessar um período difícil, e o despedimento e o desemprego são inevitáveis. Espero que o

(Tradução)

Governo preste atenção ao desemprego e que as empresas sejam solidárias para com os trabalhadores.

Por fim, apesar de a epidemia estar controlada em Macau, apelo a todos para não descurarem neste momento crucial e tomarem as devidas medidas de protecção individual. Desejo que a epidemia acabe cedo e que todos tenham saúde e segurança!

IAOD da Deputada Lam lok Fong em 16.03.2020

Cidade cultural e criativa necessita de prestar atenção às indústrias culturais e criativas, lançando medidas para apoiar o sector de arte e cultura a ultrapassar o período de combate à epidemia

Na primeira metade de Fevereiro, quando era mais preocupante a situação epidémica do novo tipo de coronavírus em Macau, uma notícia animou toda a indústria criativa e cultural da Ásia: “Parasite” conquistou o Óscar para melhor filme em 2020, sendo o primeiro filme de língua não inglesa a ganhar, na história, o prémio máximo do Óscar.

No entender de muitas pessoas, esta conquista do Óscar para melhor filme deve-se ao facto de o governo coreano ter recorrido, nos anos 90, a organizações, como a Comissão de Promoção de filmes, lançando constantemente numerosas políticas de apoio. De facto, o sector cinematográfico coreano passou de quase zero para o reconhecimento internacional nos últimos 20 a 30 anos. As indústrias criativas e culturais coreanas, por exemplo, produção cinematográfica, entretenimento, *design* e jogos electrónicos, etc., actualmente com uma envergadura e qualidade que impressionam os países asiáticos, são um exemplo a estudar por várias regiões. O sucesso destas indústrias da Coreia do Sul deve-se, naturalmente, aos abundantes recursos que o seu governo tem investido nas últimas décadas e aos esforços do pessoal deste sector. Mais, o que se deve notar é o facto de a Coreia do Sul não considerar as indústrias criativas e culturais como decorativas, pois, após o surto da Covid-19, o governo coreano incluiu estas indústrias na lista da primeira fase de medidas de combate à epidemia. Já na segunda metade de Fevereiro, a Coreia do Sul lançou programas de assistência urgente para o sector das artes e do espectáculo. Para além dos fundos de assistência urgente e da bonificação dos empréstimos, há financiamento para a disponibilização de materiais de desinfeção e protecção em 430 eventos de actuações de pequena envergadura. Mais, vão ser criados novos serviços para dar apoio, ao nível jurídico e de gestão, às empresas afectadas.

Olhando para as regiões vizinhas, quase todos os governos que pretendem desenvolver as indústrias culturais e criativas já tomaram medidas semelhantes: em Hong Kong, o governo canalizou 50 milhões para o Conselho de desenvolvimento de artes de Hong Kong (*Hong Kong Arts Development Council*) e lançou o programa de apoio ao sector de arte e cultura, e os grupos artísticos, projectos afectados pela epidemia e artistas individuais podem também receber subsídios. Em Taiwan, o Ministério da Cultura investiu 1,5 mil milhões de dólares de Taiwan nessas indústrias. Para além dos subsídios pecuniários, há também bonificação de juros de empréstimos para ajudar o financiamento dos grupos artísticos e culturais. Para além das medidas conservadoras, há também medidas mais ambiciosas, por exemplo, incentivar os grupos artísticos e culturais a avançarem com a criação e o aumento das técnicas, formação de talentos, aumento da venda no mercado digital, etc., para se renovarem. O que se deve

notar mais é que os planos de apoio de Taiwan não só visam ajudar as situações mais vulneráveis e difíceis, mas também incluem medidas de promoção, como a inclusão do consumo em estabelecimentos das actividades artísticas e culturais, tais como, de música, espaços para espectáculos artísticos e culturais, cinema, livrarias, etc., no âmbito dos vales de consumo.

A reacção rápida do Governo da RAEM às medidas contra o novo tipo de coronavírus, os vales de consumo e as medidas económicas de apoio às PME beneficiaram a população e algumas empresas, o que aliviou de certo modo as suas dificuldades, obtendo uma avaliação positiva da sociedade. Mas a política de diversificação industrial, promovida gradualmente ao longo dos últimos dez anos, deu origem a uma indústria cultural e criativa recém-criada. Nesta altura difícil, se não lhe derem importância e não adoptarem políticas adequadas, toda essa indústria será seriamente afectada. Desde o início do ano, uma série de desfiles e espectáculos culturais e artísticos foram cancelados sucessivamente. O evento anual, Festival de Artes de Macau, também adiou para o ano a sua edição. Para fazer face à epidemia e reduzir o risco de propagação numa multidão, é de crer que as actividades de grande envergadura tenham de parar durante um certo tempo. No entanto, a suspensão do trabalho por parte dos operadores e a redução significativa dos seus rendimentos, especialmente, os trabalhadores por conta própria os que trabalham em regime de “freelance”, sem um rendimento fixo e com o cancelamento das actividades, basicamente, suspendem as suas tarefas, pondo em causa a sua subsistência. Por isso, espero que o Governo da RAEM tome como referência as referidas medidas de apoio das regiões em que as indústrias culturais e criativas estão em franco desenvolvimento, e implemente medidas de apoio urgentes às associações e operadores afectados pela epidemia. Ao mesmo tempo, em articulação com a necessidade da recuperação a longo prazo e o objectivo da diversificação da indústria da próxima fase, devem ser planeadas mais políticas complementares e medidas complexas, por exemplo, incluir as actividades artísticas e culturais e o consumo nos estabelecimentos no âmbito do uso dos vales electrónicos de consumo, incentivando os cidadãos a aumentar o consumo nas actividades culturais e, ao mesmo tempo, implementar políticas específicas para o sector, apoiando-o na investigação e no desenvolvimento, na modernização técnica, na formação de talentos e no *marketing*, para, por um lado, atenuar, passo a passo, as dificuldades do sector cultural e artístico e, por outro, preparar melhor o desenvolvimento a longo prazo das indústrias culturais e criativas de Macau.

IAOD do Deputado Ng Kuok Cheong em 16.03.2029

O actual Governo deve prosseguir a renovação urbana e aproveitar, quanto antes, o terreno recuperado do Pearl Horizon para, através da habitação para troca, apoiar os idosos presos nos edifícios antigos

O Governo da RAEM retirou a proposta de lei do reordenamento dos bairros antigos e alterou o conceito para renovação urbana. Entretanto, passaram-se vários anos e não se viu mais nada quanto à produção da lei principal sobre a renovação urbana. O Governo já referiu várias vezes, desde o retorno de Macau à Pátria, que ia avançar com a reconstrução dos bairros antigos, mas deixou o assunto arrastar-se. Entretanto, mudou o conceito de reconstrução dos bairros antigos para reordenamento dos bairros antigos, e mais tarde para renovação urbana. Porém, antes do retorno de Macau à Pátria, os residentes idosos que se esforçaram para comprar casa, neste momento já pequena e antiga, não reúnem agora os requisitos exigidos para a candidatura à habitação social, nem existem medidas de reconstrução e renovação destinadas a este grupo de pessoas. Muitos idosos ficam “presos” em casa nos prédios que não têm elevadores, e estão a passar por um calvário. Assim, exorto o Governo a aproveitar efectivamente o lote P dos novos aterros da Areia Preta (o terreno recuperado do antigo *Pearl Horizon*), para assegurar, quanto antes, habitações para troca, não só para os promitentes compradores do *Pearl Horizon*, como também para a renovação urbana. Porém, na resposta à minha interpelação, a Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça limitou-se a referir que a legislação sobre o assunto estava a ser acompanhada pela sua direcção de serviços, pela Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transporte e pelo Instituto de Habitação, e que ia ser dada continuação à elaboração dos projectos quer da planta de condições urbanísticas do terreno em causa quer dos serviços de deslocação para os idosos moradores nos bairros antigos. No entanto, não respondeu à questão sobre o aproveitamento do terreno em causa para realojar os idosos que vivem em edifícios antigos. Recentemente, a Macau Renovação Urbana, S.A. adiantou que era possível construir 4500 apartamentos e equipamentos sociais no referido terreno. Os idosos naquela situação esperam, dos dirigentes do novo Governo, uma resposta directa sobre o aproveitamento do terreno para o seu realojamento.

Assim, exorto o novo Governo a ter determinação para aproveitar parte do lote P dos novos aterros da Areia Preta para a construção de complexos habitacionais, adequados à vida dos idosos e equipados com instalações e serviços para idosos, oferecendo 2500 fracções de habitação para troca, e a recorrer à sociedade comercial de capitais públicos para apreciar os respectivos pedidos, para que os idosos, em conformidade com a renovação urbana defendida pelo Governo, possam entregar as suas casas em troca dos referidos novos apartamentos. O Governo deve também exigir à DSAJ, à DSSOPT e ao IAS que concluem, sem mais arrastamentos, os estudos sobre a legislação principal da renovação urbana, no sentido de concretizar o respectivo fundamento jurídico.

IAOD do Deputado Si Ka Lon em 16.03.2020

A epidemia é um perigo e também uma oportunidade, e se houver uma actuação activa promove-se o desenvolvimento

A epidemia do novo tipo de coronavírus mantém-se, e a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou-a como “pandemia”, o que afecta gravemente o mundo, por isso, Macau não a pode negligenciar. Na fase inicial do surto, o Governo da RAEM adoptou várias medidas e, com os esforços prestados por todo o pessoal da linha da frente, como o pessoal de saúde, as forças de segurança, etc., por enquanto, não houve surto comunitário. Com os esforços de toda a sociedade, em Macau, os casos confirmados acabaram por ser nulos e a situação epidémica atenuou-se.

Ao longo desta epidemia, a resposta activa do Governo da RAEM foi altamente reconhecida e apreciada pela sociedade, podendo dizer-se que se tratou de um “estímulo” para os actuais trabalhos de prevenção. Mas a epidemia continua a eclodir em todo o mundo, e o número de casos confirmados continua a aumentar, por isso, não se sabe quando é que vai terminar. Espero que o Governo se empenhe nos trabalhos de prevenção e nas medidas de acompanhamento, especialmente por haver uma pandemia, no sentido de definir, atempadamente, medidas eficazes, para impedir a importação de casos do exterior e evitar a propagação do vírus na comunidade local.

Por um lado, deve o Governo, tendo em atenção os efeitos da situação epidemiológica, reforçar as medidas de apoio à criação de postos de trabalho, promulgar, quanto antes, o plano director urbanístico e anunciar a calendarização dos trabalhos de renovação urbana, para acelerar a construção de infra-estruturas sociais e, com o alargamento da área de cobertura das medidas, permitir o gozo de benefícios por parte dos trabalhadores dos sectores correspondentes, e resolver as questões resultantes do subemprego.

Por outro lado, esta epidemia também submeteu à prova a eficácia da cidade inteligente, enquanto objectivo estratégico relevante definido há anos pelo Governo. Sugiro que ordene os respectivos trabalhos, promulgue, quanto antes, as instruções relativas aos dados dos diversos serviços públicos e crie plataformas de troca de documentação interserviços para reduzir o tempo de processamento, e inicie os próximos trabalhos do plano de cidade inteligente.

Desde que em situações adversas se possa também convergir os esforços da sociedade, dando cada qual o seu contributo e correspondendo aos apelos do Governo, creio que não há Inverno algum que não possa ser superado e que haverá uma próxima Primavera.

IAOD da Deputada Song Pek Kei em 16.03.2020

Reforço da protecção dos profissionais de saúde

Após o aparecimento da Covid-19 no Interior da China, os Serviços de Saúde tomaram medidas preventivas logo após a recepção da notificação, exigindo que os passageiros dos voos da cidade de Wuhan, ou seja, do local onde ocorreu a epidemia, procedessem à medição da temperatura corporal, prevenindo rigorosamente a importação da epidemia. Macau é um centro mundial de turismo e lazer, recebe anualmente dezenas de milhões de visitantes e a mobilidade da população é alta. Sob a rigorosa prevenção dos Serviços de Saúde, Macau registou o primeiro caso de infecção por Covid-19 no dia 22 de Janeiro. A partir desse momento, o Chefe do Executivo criou, de imediato, o Centro de Coordenação de Contingência do Novo Tipo de Coronavírus, adoptando medidas eficazes para evitar a propagação da epidemia. Com os esforços conjuntos de todos os funcionários públicos e com o apoio de todos os residentes de Macau, os 10 doentes confirmados já recuperaram e tiveram alta, e há mais de 30 dias que não há novos casos, portanto, a epidemia foi eficazmente controlada. No entanto, perante a gravidade da epidemia a nível mundial, Macau não pode relaxar, e a população em geral deve continuar a apoiar o Governo nos trabalhos de prevenção.

Esta epidemia foi o primeiro grande incidente súbito enfrentado pelo novo Governo. Sob a liderança do Chefe do Executivo, Ho Iat Seng, todos os funcionários públicos se uniram e trabalharam muito para a prevenção e o controlo da epidemia, com vista a assegurar a saúde e o bem-estar da população, especialmente o pessoal médico da linha de frente, e o pessoal das forças e serviços de segurança, que desde o momento da recepção da notificação se têm mantido nos seus postos de trabalho, arriscando a sua vida no tratamento de doentes, na realização de exames nos casos suspeitos, e no transporte das respectivas pessoas. Isto demonstra que os funcionários públicos têm coragem de assumir as suas responsabilidades, não têm medo de se sacrificar, o que merece o nosso respeito, devem ser devidamente protegidos, e os seus esforços devem ser devidamente reconhecidos.

Sendo assim, apresento as seguintes sugestões:

1. O Governo da RAEM dispõe de um regime de Medalhas e Títulos Honoríficos para premiar indivíduos ou entidades que contribuam significativamente para Macau. Sugere-se a atribuição de medalhas aos funcionários e entidades que contribuíram significativamente para a prevenção e o combate à epidemia, com o objectivo de os louvar pelo seu contributo para Macau.

2. Desta vez, são os profissionais de saúde que mais perigos enfrentam durante o combate à epidemia, porém, não têm qualquer receio, mantêm-se firmemente na linha da frente, e durante vários meses consecutivos de combate, o seu lar tem sido o hospital. É provável que alguns já há muito tempo não regressem a casa e que outros trabalhem 24 horas por dia, sem tempo para descansar, trabalhando ininterruptamente, portanto, muitas horas de trabalho que ultrapassaram já os limites. O Governo da RAEM deve atribuir, uma única vez, um subsídio aos profissionais de saúde, para reconhecer devidamente o seu contributo.

3. Os profissionais de saúde tratam dos doentes, correndo mais riscos de infecção e defendendo a vida dos outros com a sua própria vida. O trabalho que desempenham tem um certo grau de especificidade, dificuldade e alto risco. Sugere-se que, tomando como referência a Lei n.º 8/2012 (Remunerações acessórias das forças e serviços de segurança), se aperfeiçoe o regime remuneratório do pessoal médico da função pública, aumentando o subsídio de risco, a fim de oferecer garantias suficientes e de os deixar trabalhar com mais tranquilidade.

Por último, aproveito esta oportunidade para agradecer a todos os trabalhadores envolvidos na prevenção da epidemia, agradecendo a todos os que usam a sua vida para proteger Macau. Macau ficou mais bonita à conta deles!

IAOD do Deputado Mak Soi Kun em 16.03.2020

A retoma das actividades é importante, mas não se pode relaxar a prevenção da epidemia!

Perante a epidemia, todos os residentes de Macau responderam ao apelo do Governo para resistirem, em conjunto, mostrando mais uma vez a boa tradição da população, assinalada pelo “amor à Pátria e a Macau”. Enquanto residente de Macau, gostaria de manifestar, mais uma vez, o meu respeito aos trabalhadores da linha da frente!

Actualmente, todos os infectados pelo novo tipo de coronavírus já tiveram alta, e o combate à epidemia no Interior da China está, gradualmente, a produzir efeito. Os diversos sectores em diversas províncias e cidades chinesas estão a retomar as actividades. Porém, não se pode relaxar a prevenção em curso, visto que a epidemia já se propagou pelo mundo, a Organização Mundial da Saúde (OMS) já declarou pandemia, e Macau está gravemente ameaçada pelos casos “importados”. A seguir à epidemia, é necessário, em primeiro lugar, revitalizar rapidamente a economia, dado que sob o impacto da epidemia, o desenvolvimento económico esteve quase estagnado e entrou numa fase de ajustamento. Segundo alguns residentes, para revitalizar a economia, o Governo deve concretizar, quanto antes, as medidas de apoio anunciadas, e implementar, quanto antes, a segunda fase de medidas, baseadas na situação global. Isto é o que a sociedade deseja e que entende como sendo a tarefa mais importante do Governo, excluindo o combate à epidemia.

A prevenção da epidemia está a entrar numa fase crítica, e não se pode relaxar os esforços. No momento da retoma das actividades nos diversos sectores, há que enfrentar muitas questões, por exemplo, devido à política de prevenção, mais de cem mil trabalhadores não residentes estão proibidos de entrar e sair livremente dos postos fronteiriços de Zhuhai e Macau. Devido à política de quarentena, várias centenas de milhares de trabalhadores não residentes são obrigados a ficar em Zhuhai e noutras cidades. Assim, por falta de recursos humanos, algumas empresas locais não conseguem retomar as actividades. Com a falta de rendimentos, a mera implementação das medidas de empréstimos com juros baixos, da redução das tarifas de água e electricidade, etc., não vão ajudá-las a ultrapassar as dificuldades. Se o Governo levantar, gradualmente, as limitações às entradas e saídas de trabalhadores não residentes, mas continuar a proibi-los de circular livremente entre as fronteiras de Zhuhai e Macau, como é que resolve o problema do seu alojamento? Isto vai aumentar, inevitavelmente, os custos de exploração das micro, pequenas e médias empresas e os seus encargos. Não se pode fugir a estas questões prementes. Porém, temos confiança na determinação e capacidade deste novo Governo em assumir as responsabilidades e resolver as dificuldades dos residentes.

IAOD do Deputado Au Kam San em 16.03.2020

As infiltrações de água perturbam a população e há que reforçar a capacidade de inspecção e aumentar a eficiência das acções judiciais

As infiltrações de água nos edifícios são um problema que tem incomodado os cidadãos. O Governo criou, há anos, o Centro de Interserviços para Tratamento de Infiltrações de Água nos Edifícios (CITIA) para receber as queixas dos cidadãos e resolver os respectivos problemas, mas não conseguiu resolver eficazmente o problema.

Isto deve-se a duas razões: uma é a impossibilidade de identificar a origem das infiltrações. Segundo alguns residentes, as suas queixas foram arquivadas porque os moradores cujas fracções precisavam de receber uma inspecção não colaboraram, e os técnicos não conseguiram entrar nas fracções, por isso não foi possível verificar a origem das infiltrações. Há um caso em que os serviços competentes detectaram duas fracções suspeitas de serem a fonte da infiltração, só que, quando lá chegaram, ninguém abriu a porta, por isso, o pessoal destes serviços deixou o seu contacto aos proprietários, mas um dos dois não deu resposta nenhuma, e o outro “telefonou a dizer que não ia colaborar com os trabalhos de inspecção técnica e exigiu ao pessoal do CITIA que não contactassem mais com ele”. Os serviços competentes arquivaram a queixa, alegando que “nesta fase, o CITIA não tem condições para organizar uma inspecção técnica para verificar a origem da infiltração e tem de suspender os outros trabalhos subsequentes”, o que deixou o queixoso impotente. Acredita-se que este tipo de situações tem acontecido constantemente, desde a criação do CITIA, mas as autoridades não conseguiram encontrar uma solução durante mais de dez anos, limitando-se a dizer que, com a lei vigente, é impossível resolver o problema. Na discussão da questão das infiltrações na Comissão de Acompanhamento para os Assuntos da Administração Pública da AL, um deputado perguntou o seguinte: são frequentes as situações de impossibilidade de entrar em casas para verificar a fonte das infiltrações, então, as autoridades vão tomar como referência a prática das regiões vizinhas, onde se adopta o *scanner* de infravermelhos de alta resolução, o *scanner* de micro-ondas e a análise das amostras de água, entre outros métodos científicos de perícia, para identificação da origem das infiltrações de água?” As autoridades responderam que “se não for possível entrar nas fracções para procurar a origem através de métodos reais e de exclusão directa de possibilidades, não existem outros meios para encontrar a origem exacta da infiltração,” e “para resolver esta questão, só é possível depositar expectativas na revisão da lei”. A meu ver, a resolução das infiltrações de água pode estar na revisão da lei, mas até à revisão, deve-se recorrer a outros meios possíveis para resolver o problema. As regiões vizinhas utilizam o *scanner* de infra-vermelhos de alta resolução, o *scanner* de micro-ondas, e a análise das amostras de água, entre outros métodos científicos de perícia, para identificação da origem das infiltrações de água, mas Macau não consegue

fazer uma inspecção eficaz através da melhoria dos seus meios. Porquê? Afinal, será que as autoridades não conseguem resolver o problema, ou não pretendem resolvê-lo eficazmente?

Mesmo depois de conseguir identificar a fonte das infiltrações através de exames, se o proprietário não colaborar, o poder público também não pode intervir, e o problema só pode ser resolvido por via judicial. O processo de pequenas causas cíveis e o processo sumário são os mais utilizados, mas só podem tratar de questões de indemnização. No entanto, as infiltrações de água suscitam não só a questão da indemnização, mas também a da sua resolução. Mesmo que tenham sido reparados os danos causados na fracção afectada, se não for tratada a fonte das infiltrações, então, ao fim de certo período, as infiltrações voltarão a ocorrer. Assim sendo, para resolver o problema, há que proceder à reparação dos danos e tratar da fonte das infiltrações. O ideal é o proprietário da fracção da origem das infiltrações colaborar na reparação, mas, se ele não colaborar, então, independentemente dos processos utilizados, quer o de pequenas causas cíveis quer o processo sumário, é impossível pedir ao juiz que lhe ordene a reparação da origem das infiltrações; só se pode utilizar o processo ordinário se se pretender pedir ao juiz para lhe ordenar que repare a origem das infiltrações, mas tal é muito moroso. O problema das infiltrações é premente, pois, se a área das infiltrações envolver as instalações de electricidade, pode provocar um curto-circuito por não ter sido efectuada atempadamente a devida reparação, resultando no incêndio da fracção, por isso, é urgente o tratamento do problema das infiltrações.

Na minha opinião, o Governo deve disponibilizar apoio e recursos aos tribunais para simplificar os processos judiciais, reduzir os seus custos e aumentar a eficiência, devendo ainda criar um juízo responsável exclusivamente pelos assuntos prediais, para tratar, de forma acelerada e específica, dos problemas correlacionados, incluindo problemas de infiltrações de água, de gestão predial e de arrendamento, por forma a responder às necessidades da sociedade.

IAOD do Deputado Sou Ka Hou em 16.03.2020

Não devemos considerar apenas as notas, devemos prevenir com rigor a propagação do novo coronavírus nas escolas e devemos recordar qual foi o motivo da suspensão das aulas

Logo no início do surto do novo coronavírus, o Governo anunciou, com determinação, a suspensão das aulas, o que contribuiu, de facto, para evitar a sua propagação nos bairros comunitários e nas escolas.

Como a suspensão das aulas está a ser prolongada, e com vista à articulação com a política do Governo, de “suspensão das aulas e não do estudo”, as escolas, sem qualquer teste nem preparação, precisaram, repentinamente, de recorrer ao ensino on-line (que antes era apenas um meio auxiliar), situação de que não há registo na história da educação em Macau. Esta repentina interrupção das aulas tem impacto nos programas, trabalhos de casa, testes, exames, aprovações e graduações, atendendo à relação entre si, e as escolas têm de seguir os princípios de “não andar depressa para acompanhar o andamento do estudo”, “não avaliar” e “não aumentar a pressão”, só podem manter o mínimo entusiasmo dos alunos na aprendizagem, por isso, o cumprimento e a aplicação desses princípios são muito difíceis e constituem um grande desafio para todos os trabalhadores do sector educativo. Tanto as escolas como as famílias têm responsabilidades maiores e mais pesadas, os docentes têm de aprender a ser “YouTubers”, e os pais são obrigados a ser orientadores em todas as disciplinas.

Ninguém sabe quando a situação vai ter fim, mas os trabalhadores do sector da educação insistem. Os seus esforços nunca são desperdiçados, pois sabemos o motivo da suspensão das aulas, isto é, prevenir e controlar o surto, para assegurar a saúde e segurança dos alunos e docentes e evitar que as escolas sejam um encargo extra para a sociedade. Por isso, os problemas resultantes da suspensão das aulas, como o andamento das aulas, os exames, a pressão sobre as famílias em que ambos os pais trabalham, os recursos humanos, etc., só podem ser resolvidos através de outras políticas e medidas (o tempo é limitado, portanto, não vou referir tudo aqui).

Temos de recordar qual foi o motivo da suspensão das aulas. Foi a epidemia, e claro que o regresso às aulas tem de ter em conta a situação da epidemia. Como todos sabem, as salas de aulas, os recreios e as cantinas são espaços altamente frequentados, muitas crianças têm fraca consciência sobre a higiene, e são aos milhares os alunos e trabalhadores transfronteiriços. Com a retoma das aulas vai aumentar a procura de artigos como as máscaras para crianças, gel e sabonete líquido desinfectante, por isso, a decisão de retomar as aulas do ensino não superior, especialmente dos níveis mais baixos, deve ser tomada com extrema prudência e muito rigor, e deve ser o último passo da recuperação social, acreditando-se que nenhum membro do Governo ou deputado se atreve a ser responsabilizado pelas possíveis consequências desagradáveis duma retoma

precipitada das aulas.

O Governo de Macau divulgou, recentemente, as duas principais condições para a retoma das aulas - quando Macau e Guangdong não tiverem registado novos casos durante 14 dias consecutivos e Zhuhai e Zhongshan já tiverem retomado as aulas - e afirmou ainda que o anúncio da retoma ia ser emitido com 14 dias de antecedência, para ser possível um corte da cadeia de transmissão do vírus durante 28 dias. Se no prazo de 14 dias a contar da data do anúncio da retoma das aulas se registarem novos casos em Macau ou em Guangdong, há que contabilizar mais 14 dias a partir daí. Face ao desenvolvimento da situação epidémica na China, não é difícil atingir essas condições, pois estas não são exigentes. A proposta foi generalizadamente aceite pelos encarregados de educação e professores, e os dirigentes da área da educação têm reiterado a ideia de “não se olhar apenas para as notas”, o que merece o nosso reconhecimento, uma vez que o público espera que o Governo seja humano, que todas as decisões de prevenção de epidemias tenham por base a ciência médica, e que se tente sempre o melhor possível no que respeita a equilibrar outros factores.

Contudo, numa altura em que os dois requisitos referidos ainda não se verificavam, o Governo antecipou-se, repentinamente, em mais de um mês, e divulgou a retoma das aulas, o mais tardar, no dia 20 de Abril, sem apresentar medidas complementares para o efeito, e sendo insatisfatórios os mecanismos para a suspensão das aulas caso haja infecções depois dessa retoma. Quanto aos locais sem novos casos, o Governo até reduziu o âmbito, excluindo Guangdong e considerando apenas Zhuhai e Zhongshan. Dois dias depois, Zhongshan voltou, após mais de 20 dias, a ser “invadida”, e a data de retoma das aulas divulgada pelo Governo passou, mais uma vez, a um “plano”. Mais, as medidas que o Governo realçou, isto é, “as ausências não contam como faltas”, significam que o regresso à escola é facultativo. Nestes termos, a pressão da retoma das aulas vai passar para as costas dos alunos e dos pais.

Perante a epidemia mundial, o vírus fez soar o alarme da pandemia. As cenas ocorridas na China há um mês estão a repetir-se na Europa e nos Estados Unidos, onde também se começou a registar casos importados e infecções deles resultantes. Numa incerteza sem precedentes como se vive hoje, são extremamente difíceis as decisões de suspensão, retoma e nova suspensão das aulas. Oxalá tenhamos sempre em mente qual foi o motivo da suspensão das aulas em Macau. Sem saúde nada faz sentido.

IAOD dos Deputados Iau Teng Pio, Fong Ka Chio e Pang Chuan em 16.03.2020

Segundo o relatório do Centro de Estudos do Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Ciências e Tecnologia, divulgado em 9 de Março, o índice de confiança do consumidor caiu 6 pontos percentuais no primeiro trimestre de 2020, comparativamente ao quarto trimestre de 2019, e 13 pontos percentuais comparativamente ao período homólogo de 2019. É expectável que assim seja devido aos efeitos da epidemia para a economia global, mas há aqui um aspecto que não devemos descurar, que é a confiança, face à situação decorrente do novo tipo de coronavírus.

Segundo os resultados, o grau de satisfação dos consumidores face ao conjunto de medidas de apoio lançado pelo Governo para fazer frente à epidemia é elevado, atingiu o índice 153,45, o mais alto de entre todos os sub-índices, e situa-se muito para além do índice médio, que é 100. Em paralelo, a confiança no sucesso no controlo da epidemia atingiu 153,21 e a confiança na medicina e saúde 151,97, demonstrando um elevado grau de reconhecimento do mecanismo de controlo de doenças relevantes e do nível da gestão de emergências de saúde pública. Estes dados reflectem objectivamente o alto grau de reconhecimento e satisfação dos residentes relativamente às acções adoptadas pelo Governo no processo de controlo da epidemia.

A doença atingiu uma nova fase. Até ao dia 13 deste mês, não se registaram novos casos: em Macau durante 38 dias consecutivos, e em Zhuhai durante 25 dias consecutivos. Pode então dizer-se que a epidemia está basicamente controlada. As acções de prevenção devem ser substituídas por medidas eficazes de dinamização da economia, de protecção das PME locais, de garantia de emprego, de reinício das aulas nas universidades e escolas e de prevenção contra a importação de casos. Posto isto, estamos em crer que com a persistência, o apoio mútuo e a união no combate à doença, o Governo vai conseguir, nas acções subsequentes, atingir ainda melhores resultados e granjear a confirmação e o apoio da população.